



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

## GÊNERO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO DAS MULHERES-MÃES NAS SALAS DE AULA DA EJA

Valmira Lucia Matas Felipe

valmiralucia@hotmail.com

Wandira Maria dos Santos

coordenadora\_wan@hotmail.com

Paula Sabrina Barbosa de Albuquerque

paulasabrina.ba@hotmail.com

(UEPB)

### Resumo

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Fazenda Velha, no período de fevereiro a dezembro do ano de 2011. A pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo caminhou na proposta da micro-história, na qual as mulheres-mães relataram suas experiências de alfabetização e letramento nas salas de aula da EJA, além de fazerem um resgate de suas histórias de vida explicitando os motivos que as levaram a permanecer tanto tempo longe do contexto escolar. Os resultados da pesquisa revelam que ao adentrarem nas salas de aula da EJA, as mulheres-mães já são indivíduos letrados, no entanto, a alfabetização das mesmas as inseriu no mundo da cultura escrita, sendo a EJA um instrumento de inclusão social.

**Palavras-chave:** Gênero. Educação. Inclusão Social.

### Introdução

Vivemos numa sociedade grafocêntrica, na qual a cultura escrita é extremamente valorizada, e os indivíduos que não se apropriam dessa cultura são excluídos e desvalorizados nos mais diversos setores sociais. Incluídos/as em tal realidade estão os/as jovens e adultos/as que não se apropriaram da cultura escrita na infância, período no qual se diz ser ideal para a alfabetização.

Esses indivíduos vivenciam no seu cotidiano desigualdades que os impedem romper as barreiras sociais, além de serem tachados de Analfabetos, pois atribui-se a “eles/as” a culpa por não terem tido a oportunidade de serem alfabetizados no período da infância, negando assim a contribuição histórica do fracasso escolar de pessoas vindas da classe trabalhadora ou operária.

Há uma visão do/a analfabeto/a como um indivíduo alienado, incapaz, ignorante, à margem da sociedade e do poder constituído, essa visão influenciou e influencia na forma com a qual os poderes públicos tratam a questão da educação de jovens e adultos, sua inclusão na sociedade e no mercado de trabalho. São várias investidas em programas e campanhas que acabam não tendo





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

êxito pelo caráter emergencial e na maioria das vezes assistencialistas que não atendem aos interesses da classe trabalhadora.

Sendo assim, ser alfabetizado/a não significa apenas decodificar o código escrito, mas compreender o que se lê, além de atribuir um significado ao que se está lendo, por isso, acreditamos na importância de um compromisso com uma Educação de Jovens e Adultos que possibilite o letramento desses indivíduos para que eles/as percebam sua importância como seres que podem acima de tudo mudar sua realidade e interferir na realidade no meio no qual estão inseridos, sendo sujeitos ativos e transformadores da sociedade.

### Um pouco da história das mulheres até a atualidade

Ao fazer uma análise histórica da condição das mulheres percebe-se que na sociedade grega elas ocupavam posição semelhante a dos escravos, executando trabalhos que eram extremamente desvalorizados pelo resto da sociedade, principalmente pelo homem livre. Em Atenas, ser livre significava ser homem e não mulher; ateniense e não estrangeiro; ser livre e não escravo.

Os filósofos exaltavam as funções tidas como masculinas e desvalorizavam as mulheres e as funções exercidas por elas na sociedade.

Tendo como função primordial a reprodução da espécie humana, a mulher não só gerava e criava os filhos como produzia tudo aquilo que era diretamente ligado à subsistência do homem: fiação, tecelagem, alimentação. Exercia também trabalhos pesados como a extração de minerais e o trabalho agrícola (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 11).

Sendo assim, havia na sociedade grega uma divisão de atividades valorizadas ou desvalorizadas de acordo com quem as exercia, ficando reservadas às mulheres funções que não tinham nenhum prestígio social, dentre elas a maternidade.

Para justificar o sistema excludente dessa sociedade, os filósofos afirmavam que “os deuses” teriam criado a mulher para as funções domésticas e o homem para todas as outras.

Estando assim limitado o horizonte da mulher, era ela excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela civilização grega. Exceção feita das *hetairas*, cortesãs cujo cultivo das artes tinha como objetivo torná-las





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

agradáveis companheiras dos homens em seus momentos de lazer, a mulher grega não tinha acesso a educação intelectual (ALVES & PITANGUY, 1985, p.12).

Na civilização romana, o tratamento para com a mulher não se diferenciava da sociedade grega. O código legal dessa sociedade instituiu o *paterfamilias*, dando a ele pleno poder sobre filhos/as, escravos/as, servos/as e mulheres.

À mulher era negado até o direito de utilizar os transportes públicos. Eram obrigadas a se locomover a pé, pois só os homens poderiam utilizar aqueles transportes.

A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (BOURDIEU, 2003, p. 33)

Nessas sociedades havia uma “naturalização” da inferioridade da posição social da mulher, e para desmistificar a ideia de naturalização de inferioridade, pode-se trazer à tona, as relações entre os sexos existentes nas sociedades tribais da Gália e da Germânia, nas quais as mulheres assumem posição social semelhante àquelas assumidas pelos homens. “Conjuntamente, faziam a guerra, participavam dos conselhos tribais, participavam da agricultura e do gado, construíam casas. As mulheres funcionavam também com juízas, inclusive de homens” (ALVES & PITANGUY, 1985, p.15).

Percebemos que em algumas sociedades tribais não há uma divisão entre economia doméstica e economia social, não havendo controle de um sexo sobre o outro.

Nos primeiros séculos da Idade Média, antes dos princípios da Legislação Romana serem reintroduzidos, as mulheres tinham direitos que eram garantidos por lei e pelos costumes. Desse modo, podiam exercer todas as profissões, as burguesas participavam de assembleias e tinham direito a voto.

Com o frequente afastamento dos homens para as guerras, viagens ou para o recolhimento monástico, as mulheres assumiam os negócios tendo que entender de legislação, contabilidade além de ter que se defender em juízo, caso fosse necessário.

As mulheres também adentraram nas corporações de ofício, e atuavam como aprendizes e eventualmente como mestras, no caso da morte do marido.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O acesso às corporações significou também a possibilidade de receber instrução profissional, direito que ela viria a perder nos séculos posteriores e que seria uma de suas bandeiras de luta. A ascensão da mulher ao cargo de mestre sofria, no entanto, restrições. Assim, ela só poderia ocupá-lo quando viúva, pelo período de um ano em alguns burgos, ou, em outros, enquanto não tivesse relações sexuais com outros homens (ALVES & PITANGUY, 1985, p.17).

Além dessas atividades, as mulheres exerciam tarefas ditas masculinas, como a serralharia, e a carpintaria, no entanto o maior número de mulheres exercia mesmo o trabalho de tecelagem costura e bordados, profissões tidas como “femininas”.

Embora exercendo funções semelhantes às dos homens, as mulheres sempre receberam remuneração inferior e, apesar de sua intensa participação na vida social e econômica na Idade Média, prevaleceu à imagem de mulher transmitida pelo romantismo da cavalaria que, de acordo com (ALVES & PITANGUY, 1985), é a imagem da mulher frágil e indolente que vivia entre os bordados e bandolins, sonhando com seu cavaleiro. Percebemos assim, que há uma grande diferença entre a posição da mulher na vida cotidiana da sociedade e a representação simbólica de seu papel.

Não podemos deixar de destacar o grande genocídio acontecido na Idade Média chamado de “caça às bruxas”, que foi responsável pela morte de milhares de mulheres na Europa e nas Américas.

Essa perseguição às chamadas “feiticeiras”, nada mais foi do que a luta pela manutenção do poder do homem sobre a mulher, pois segundo os próprios perseguidores, a “feiticeira” possuiria poderes e conhecimentos que lhes conferiam espaços de atuação que escapavam ao domínio do universo masculino.

As mulheres eram acusadas de satanismo, e a “caça às bruxas” era praticada pelo Catolicismo e Protestantismo.

Dados históricos constataam que, na cidade de Genebra no ano de 1515 foram queimadas 500 mulheres. Na Alemanha, foram queimadas, de uma só vez, 600 mulheres acusadas de bruxaria mesmo sem haver provas que atestassem a acusação.

Tanto a Igreja como os intelectuais, comungavam com um discurso que estigmatizava a mulher como impura e inferior, justificando assim sua desvalorização perante a sociedade.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Na Idade Moderna, diante do quadro de discriminação, a mulher não deixou de trabalhar, embora a mão-de-obra feminina tenha tido menor valor que a mão-de-obra masculina.

Com a consolidação do Sistema Capitalista, e diante da introdução da máquina nas fábricas o contingente feminino, aumentou, e junto com os homens as mulheres sofrem uma superexploração.

Neste contexto de superexploração da mulher, surgem líderes operárias como Jeanne Deroin e Flora Tristan que afirmavam que as mulheres deviam se educar e se organizar para assim defender seus interesses.

Em meados do século XIX Nísia Floresta (1989), defendia uma educação igualitária entre homens e mulheres. Mas, embora as vozes femininas já clamassem pela igualdade entre os sexos, foi só por volta da década de 40 do século XX, que as próprias mulheres se organizaram em torno de um movimento e lideraram uma revolução para que elas finalmente obtivessem algum espaço onde até então só havia vez para os homens. Foi através desses movimentos que as mulheres conseguiram o direito de votar e serem votadas, ingressar no mercado de trabalho e em instituições escolares.

No período da Segunda Guerra Mundial, em que se fez necessário que os homens fossem a frente de batalha, houve uma valorização da participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente em países como a Inglaterra e Estados Unidos da América, modelo esse que logo foi modificado com o final da II Guerra.

É com o final da guerra e com o retorno da força de trabalho masculina, que a ideologia, que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuída à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada, no sentido de retirar a mulher do mercado de trabalho para que se dê o lugar aos homens. As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação enfatizam a imagem da “rainha do lar”, exacerbando-se a mistificação do papel da dona de casa (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 50)

O modelo de mulher doméstica e mãe dedicada difundido após a Segunda Guerra Mundial teve como objetivo principal levar as mulheres de volta para seus afazeres domésticos, para dar lugar aos homens no mercado de trabalho.

Durante séculos a dominação masculina nas sociedades ocidentais havia negado às mulheres o direito a viver além do contexto doméstico e privado.





## **História da educação no Brasil**

A história da Educação no Brasil começa antes da invasão portuguesa ao nosso território, tendo em vista que essas terras já eram habitadas por cerca de cinco milhões de índios das mais diversas tribos e nações, cada uma com sua cultura e língua que se diferenciava das demais. Esse tipo de educação pode ser denominada hoje como Educação Informal, ou seja, não era dada em instituições voltadas para o ensino de algo, ao contrário, as crianças indígenas denominadas curumins aprendiam por imitação dos adultos, ou seja, a cultura era passada de geração a geração através da oralidade.

Com a invasão portuguesa em mil e quinhentos, muita coisa mudou principalmente nas tribos que se localizavam próximo ao litoral, logo nos primeiros anos de colonização os padres jesuítas trataram de ensinar aos índios a fé católica e alguns rudimentos de leitura e escrita, pois assim seria muito mais fácil enganá-los e fazer com que sua cultura, considerada pagã fosse sendo esquecida, além de pacificá-los para que o processo de dominação não fosse tão difícil.

Quando naquele ano seis jesuítas aportaram à Bahia com o primeiro governador geral Tomé de Souza, não tinha mais de nove anos da existência canônica da Companhia de Jesus (...) e que, apenas confirmada em 1540 por Paulo III, se dispersava no continente europeu, em missões de combate à heresia e, além dos mares, à propaganda da fé entre os incrédulos e a difusão do evangelho à todos os povos. (AZEVEDO, 1996, p. 495)

Os jesuítas vendo que os movimentos protestantes e reformistas cresciam a cada dia na Europa resolveram assegurar nas terras conquistadas a propagação da fé católica, dando a educação de acordo com a posição social do indivíduo.

[...] os padres acabaram ministrando, em princípio, educação elementar para a população indígena e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para a classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para essa última. (ROMANELLI, 1997, P.35)

De acordo com Azevedo (1996), a educação institucional no Brasil, controlada pelos jesuítas não serviam para a educação primária profissional, mas sim para a educação erudita das classes dominantes.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Sendo assim, a educação no período colonial não visava à formação intelectual do povo, pelo contrário o povo foi excluído do sistema educacional dos jesuítas, tendo em vista que a educação da elite servia como diferencial das classes subalternas, dentre elas os indígenas e os mestiços.

Nos períodos de Colônia e Império, os jesuítas dominaram a educação, com a intenção de difundir o catolicismo e dar educação à elite colonizadora. Esse domínio colidia com os interesses do regime político que visava à manutenção da ordem, sendo assim, transmitiam em seus ensinamentos no Brasil, os dogmas católicos, o que possibilitou a destruição de culturas indígenas quase por inteiro.

Pode-se afirmar que, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, o ensino do ler e escrever aos adultos indígenas, ao lado da catequese teve uma ação prioritária no interior do processo de colonização. Embora os jesuítas tivessem priorizado a sua ação junto às crianças, os indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional.

Como já foi dito, neste ambiente a instrução teve um desenvolvimento reduzido e dado apenas a elite colonial. O ensino primário dado nas escolas dedicava-se à leitura, aritmética e aos dogmas católicos.

Foram fundadas academias na Bahia em 1724, a Academia Brasileira dos Esquecidos. No Rio de Janeiro em 1736 foi criada a Academia dos Felizes, em 1752, a Academia dos Soletos, e em 1759 a Academia Brasileira dos Renascidos.

O ano de 1759 é marcante na história da educação no Brasil, o Marquês de Pombal influenciado pelas ideias iluministas, e é contra o ensino dos dogmas da igreja católica expulsa os jesuítas de Portugal e de suas colônias.

Com a expulsão dos jesuítas as escolas ficam vazias e tentou-se suprir a falta dos jesuítas com professores leigos, mas eles não estavam preparados, o que trouxe prejuízos ao sistema frágil de ensino vigente na época.

Sabe-se que em 1784 havia no Rio de Janeiro nove escolas de primeiras letras, mas nas vilas do interior não havia ainda nada.

Até mesmo na data da nossa Independência ainda não havia sistematizado a instrução, em relação a qual a metrópole votava verdadeira indiferença, em virtude de várias causas (...) Antes de tudo o governo da metrópole era cuidadoso





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

em impedir o desenvolvimento do espírito das populações. (OLIVEIRA & SANTOS, 1922, P. 376)

No entanto, com a vinda da Corte portuguesa para a colônia em 1808, melhorou a urbanização, a saúde e a iluminação principalmente no Rio de Janeiro e em Salvador. Melhorou também o ensino, no entanto se priorizou o ensino superior em detrimento do ensino primário.

Já no período imperial há um maior esforço para a criação de unidades de ensino, no período de 1822 a 1834 foram promulgadas cerca de sessenta leis e decretos relacionadas ao ensino, sendo a maior parte voltadas para o ensino superior, mostrando aí a falta de interesse de fortalecer o ensino primário.

Algumas dessas leis (poucas delas) ocuparam-se também da educação dos pobres e abandonados, assim, em 1824 foi decretada a fundação de um Seminário de Meninos Pobres. Em 1928 foi aprovado o estatuto da casa de órfãos da Bahia, e criaram-se escolas de primeiras letras para meninas também na Bahia.

Apesar de a educação de jovens e adultos ser um tema muito abordado na contemporaneidade, a preocupação com adultos não escolarizados no nosso país data da colonização portuguesa, quando os indígenas eram catequizados e doutrinados à fé católica. De acordo com (NEVES, 2003, p.15), Em 1827 no período imperial, é promulgada a primeira lei geral de educação no país, que tem como objetivo construir um sistema nacional de educação escolar composta por escolas elementares, secundárias e superiores.

Já em 1840 surge o ensino das primeiras letras ao adulto nos cursos de ensino profissional oferecido pelo Arsenal de Guerra do Recife. Em 1869, tendo como finalidade agilizar o processo de escolarização para atender o maior número de analfabetos. Sendo assim, foram criadas escolas noturnas, aos domingos e no período de verão, além de criar escolas temporárias e ambulantes.

Em 1879, é publicado um decreto que tem como objetivo reformar o ensino primário e secundário no Município da Corte, além do ensino superior em todo o império. O conteúdo deste decreto é o seguinte:

- 1.A instrução primária e secundária será livre no Município da Corte;
2. Dar-se-á aos meninos pobres roupas e utensílios necessários ao estudo;
- 3.O ensino primário será dividido em dois graus;





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

4. Governo financiará as escolas particulares para que recebam gratuitamente meninos pobres;
  5. Contratar-se-ão nas províncias, professores particulares que percorrerão certos números de localidades, ficando nelas o tempo necessário para ensinar aos meninos e meninas os rudimentos do ensino primário;
  6. Poder-se-á criar cursos para o ensino primário de adultos analfabetos nas províncias;
  7. Criar-se-ão escolas profissionais;
  8. Fundar-se-ão bibliotecas e museus pedagógicos nas cidades onde houver escolas normais;
  9. Criar-se-ão nas províncias bibliotecas populares.
- (OLIVEIRA, 1922, p. 319)

No Período Republicano quase nada mudou com relação à educação, os/as filhos/as dos pobres continuaram a não ter direito a educação, até porque isso não era prioridade na época.

Se não se tinha preocupação com a educação das crianças, nem se via a necessidade de se alfabetizar a grande parcela adulta analfabeta existente no Brasil.

Em 1932 houve no Brasil, um manifesto denominado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que teve como objetivo renovar o ensino e teve como precursor o filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952), que via a educação como uma necessidade social, e por isso as pessoas deviam ter direito, pois é a partir dela é que os conhecimentos são sistematizados. Dentre as reivindicações dos Pioneiros da Educação Nova seria que o estado assumisse como sendo dele o dever de prover a educação no país. Podemos identificar como figuras importantes desse movimento os educadores Lourenço Filho (1897-1970), e Anísio Teixeira (1900-1971).

Mas só a partir da década de quarenta é que a EJA se constitui como tema de política educacional, onde surgem iniciativas concretas em oferecer os benefícios de escolarização à grande camada popular dos excluídos da sociedade letrada.

Os anos de 1940 e 1950 são marcados por inúmeras campanhas com o objetivo de alfabetizar os adultos no país cujo índice de analfabetos era altíssimo, Dentre estas campanhas destacaram-se o Fundo Nacional de Ensino Primário (1942), Serviço Nacional de Adultos e Campanha Nacional Rural (1952) e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958).





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Já no final da década de cinquenta havia duras críticas às campanhas destinadas a combater o analfabetismo, visto que as mesmas eram deficitárias tanto na questão administrativa como na proposta pedagógica.

Neste contexto surge um novo pensar sobre a EJA, cuja principal referência foi o educador Paulo Freire, que buscava acima de tudo fazer com que os educandos não aprendessem apenas os rudimentos de leitura e escrita, mas uma visão crítica de mundo para lutar pelos seus objetivos.

De acordo com Souza (2007, p. 33), a proposta do educador Paulo Freire era:

Havia a preocupação de que o método envolvesse estratégias de ensino “com” o homem, e não “para” o homem. Portanto anuncia-se o princípio da pedagogia dialógica freireana (...) a valorização do ser humano que aprende como alguém que já traz uma bagagem de experiências, e não como alguém ignorante.

O método Paulo Freire vem contribuir de maneira muito significativa na EJA, sendo algo ousado e inovador. Ele utilizava-se do que podemos chamar de Centros de Cultura, nos quais eram debatidos temas de interesse dos educandos que por sua vez sugeriam os temas a serem debatidos interagindo o tempo todo com o educador, independentemente de ser alfabetizado ou não.

Nesses Centros de Cultura os/as educandos/as eram livres para expor suas opiniões, e assim podiam se ver como sujeitos históricos dotados de sabedoria que podemos chamar de sabedoria popular que os fazia entender que eram capazes de transformar a própria realidade.

De acordo com Freire (2000, p. 52) é importante “saber que ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

No entanto, com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização e educação popular, foram reprimidos, pois ofereciam grande risco a manutenção da “ordem”, aos promotores da Ditadura, e os educadores que continuaram a trabalhar contra o sistema de repressão do povo foram perseguidos e obrigados a se exilar em outros países para não serem presos, torturados e mortos, fato que retardou mais ainda o processo de alfabetização dos/as brasileiros/as que não faziam parte da elite dominante.

Na década de 70, desenvolve-se no Brasil o sistema MOBRAL( Movimento Brasileiro de Alfabetização).





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A Lei de Reforme nº 5.692/71 atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos estados atender jovens e adultos. ( BRASIL, MEC, LDB, 1974),

Do ensino supletivo- Capítulo IV da LDB.

Art. 24- O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria; b) Proporcionar, mediante repentina volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único- O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Quando a Ditadura Militar acabou, os esforços para que a EJA pudesse atender a parcela da população brasileira adulta e analfabeta, foram retomados, tanto que foram formuladas as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Os Estados – Partes do presente Pacto reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito: a educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos; a educação secundária em suas diferentes formas, inclusive a educação secundária técnica e profissional, deverá ser generalizada e tornar-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito; (...); dever-se-á fomentar e intensificar na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo da educação primária. (ex artigo 13, 1,d do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Assembléia Geral da ONU de 16.12.66, aprovado, no Brasil, pelo decreto legislativo n. 226 de 12.12.95 e promulgado pelo decreto n. 591 de 7.7.92)

Não podemos negar, porém que foi durante a Ditadura Militar que a EJA adquiriu pela primeira vez na história da Educação no Brasil um estatuto legal.

Nota-se nesse resgate histórico que a educação das mulheres não é mencionada, tendo em vista que ainda é muito recente na história a valorização do gênero feminino e sua possível igualdade em relação ao gênero masculino. De acordo com Bordieu (2003), em quase todas as sociedades houve, ou há, algum tipo de segregação sexual em que o masculino prevalece.

Diante de tanta dominação, poucos/as ousaram erguer-se em favor do gênero oprimido, como foi o caso de Stuart Mill, em meados do século XIX, em sua obra “A sujeição das mulheres” (2006), em que denunciava a opressão causada pelo masculino e os males que isso causava à sociedade.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No Brasil, temos como exemplo, em meados do mesmo século, Nísia Floresta (1889), defensora de uma educação igualitária entre homens e mulheres. Mas, embora essas vozes já clamassem pela igualdade entre os sexos, foi só por volta da década de 40 do século XX, que as próprias mulheres se organizaram em torno de um movimento e lideraram uma revolução para que elas finalmente obtivessem algum espaço onde até então só havia vez para os homens.

### **A educação de jovens e adultos**

A Educação de Jovens e Adultos tem estado, a partir da 2ª Guerra Mundial, sob domínio do estado, diferente da educação não-formal que está vinculada a organizações não governamentais, e até a 2ª Guerra Mundial, a Educação dita Popular era entendida como extensão da educação formal para todos.

Após a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, que foi realizada na Dinamarca em 1949, a Educação de Adultos foi concebida como Educação Moral. A partir da II Conferência Internacional de Educação de Adultos realizada em Montreal, no ano de 1963, a Educação de adultos passou a ser vista de duas formas diferente: continuação da educação formal ou comunitária.

Logo após da III Conferência Internacional de Educação de Adultos, a EJA voltou a ser vista como suplência da Educação Fundamental, que tinha como objetivo reintroduzir jovens e adultos de preferencia analfabetos no sistema formal de educação.

Na IV Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Paris, no ano de 1985, fez surgir o conceito de Educação de Adultos.

Em 1989, em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização, foi criada no Brasil, a Comissão Nacional da Alfabetização, coordenada inicialmente pelo educador Paulo Freire e depois por José Eustáquio Romão.

Com o Fechamento da Fundação Educar, em 1990, o Governo Federal ausentou-se da proposta da EJA. Tanto a falta de recursos quanto à falta de estudos referentes à EJA contribuíram para o grande equívoco nas salas de aula da EJA nas quais muitos professores buscam alfabetizar





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

adultos com os mesmos métodos utilizados para alfabetizar crianças, prática que não atende as necessidades dos alunos da EJA.

A Alfabetização não pode ser reduzida a um aprendizado técnico-linguístico, como um fato acabado e neutro, ou simplesmente como uma construção pessoal e intelectual. A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica. (FREIRE, p. 60, 2001)

Já em 1990, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia, entendeu-se a alfabetização de jovens e adultos como a primeira etapa da Educação Básica.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, constam dois artigos referentes à Educação de Jovens e Adultos:

Art.37- A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38- Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos de caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

- I. No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
- II. No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Pode-se afirmar que a EJA vem atendendo a uma parcela da população que estava marginalizada e excluída do ambiente escolar, dando a oportunidade dessas pessoas adentrarem no mundo da leitura e da escrita mesmo que tardiamente.

### **A educação de jovens e adultos na escola estadual de ensino fundamental fazenda velha**

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Fazenda Velha está localizada na comunidade Fazenda Velha situada na zona rural do município de Campina Grande, com área de 85 hectares. Inicialmente foi adquirida pelo Governo do Estado para a construção de um conjunto habitacional





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

da CEHAP (Companhia Estadual de Habitação da Paraíba), e os agricultores tomaram posse dessa terra.

A partir desse momento os agricultores começaram a trabalhar na terra e lutar por melhores condições de vida. Dentre as necessidades, uma delas era a falta de uma escola para os filhos dos agricultores.

Sendo assim, representantes da Associação dos Agricultores compareceram na 3ª Região de Ensino e teve uma audiência com a professora na época secretária Gorett Lima, assegurando a ela a necessidade da criação de uma escola naquela comunidade. Em contato com a Secretaria de Educação e Cultura, a mesma foi autorizada para dar andamento no processo de instalação de uma unidade de ensino naquela comunidade.

Foram abertas matrículas e formaram-se turmas da alfabetização a quarta série do ensino fundamental, sendo cento e trinta e um alunos/as matriculados/as naquele ano de 1989. Os professores leigos da comunidade se depuseram a lecionar já que não havia outros profissionais habilitados que se dispusessem a lecionar na escola.

Foi solicitada a presença do subsecretário de educação Reginaldo Moura Brasil na comunidade para que ele pudesse ver a condições do espaço físico da escola. A escola foi criada pelo decreto nº 13.667 de 05.07.1990, e recebeu carteiras, material didático e merenda escolar.

Toda a documentação dos/as candidatos/as a professores/as foi encaminhada pela professora Goretti Lima para a contratação dos mesmos, no entanto o então governador não assinou os contratos.

Diante desse impasse os/as professores/as continuaram dando aula sem serem remunerados durante o período de dois anos. Dentre os fundadores da escola estão os professores/as Maria José Correia de Carvalho, Raimundo Ramos dos Santos e Vera Lucia Barbosa Soares, que diante as adversidades não se abateram e continuaram lutando para o crescimento daquela comunidade e de seus/as educandos/as.

Atualmente a escola conta com doze salas de aula, atendendo alunos do 1º ao nono ano, nos turnos manhã e tarde, conta ainda com turmas de jovens e adultos do 1º segmento, na modalidade EJA no turno noturno.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Segundo o supervisor, as turmas são divididas com o número de vinte e cinco alunos, e a metodologia aplicada está situado na visão construtivista do conhecimento, embora observamos que há predominância do tradicionalismo ou da tendência tradicional, com filas de carteiras nas quais os alunos ficam sentados uns atrás dos outros impossibilitando um diálogo entre eles, além da falta de espaço nas salas de aula.

Ainda segundo o supervisor não há como explicar a evasão no período noturno tendo em vista que as causas são inúmeras, ora, se as causas são inúmeras como não se pode explicar? Basta apenas fazer um diagnóstico da realidade desses/as alunos/as que são na maioria trabalhadores/as que veem na EJA a oportunidade de concluir os estudos e obter êxito no mercado de trabalho, mas se encontram cansados, e depois de um dia de trabalho exaustivo encontram-se desmotivados para ir a escola.

O número de alunos/as matriculados na escola no ano de dois mil e dez é de trezentos e noventa e cinco, e não há dados concretos sobre a evasão escolar, mas é notório que o número de alunos que se evadem da escola seja considerável.

O supervisor afirma que os educadores que hoje estão lecionando nesta unidade de ensino são habilitados nas áreas que atuam, e os que não são licenciados nas disciplinas que lecionam estão em fase conclusiva do ensino superior, embora saibamos que alguns professores tenham apenas a modalidade normal e não estejam cursando o ensino superior, e de acordo com o mesmo a escola planeja para dois mil e onze construir o Projeto Político Pedagógico, para que em conjunto se trabalhe com planejamento e avaliação com objetivos e métodos de ensino que priorizem o ensino e a aprendizagem.

### Metodologia

A pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, com aplicação de questionário para a coleta de dados, caminhou na proposta da história oral, Vainfas (2002), na qual as mulheres alunas da EJA relataram suas experiências de alfabetização e letramento, além de fazerem um resgate das suas histórias de vida relatando os motivos que levaram-nas a permanecerem tanto tempo longe da escola.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Após a coleta de dados fizemos uma análise com base em Bunzen (2006), Colello (2006), Freire (2001), Garcez, (2005), e Soares (1998), para confronto com o os dados coletados, possibilitando assim conhecimento teórico que serviu como alicerce que fundamentou os conceitos que envolvam a prática educativa na Educação de Jovens e Adultos.

Tivemos como objetivos analisar como se dá o processo de alfabetização e letramento nas salas de educação de jovens e adultos, além da motivação das alunas nas salas da EJA, mediante o paradigma da educação humanizadora.

Questionamos as alunas com relação ao motivo pelo qual se ausentaram da escola por tanto tempo, e os relatos nos revelam o quanto a educação tradicional excluía e traumatizava aqueles/as que por algum motivo não conseguiram se adequar aos métodos de tortura para aprender os rudimentos de leitura e escrita.

A aluna Maria José relata que:

Eu não ia todos os dias para a escola, meu pai dizia que agente tinha que ir para o roçado, chegava cansada e não conseguia aprender. Sai da escola para ir trabalhar no roçado. Hoje voltei e sinto muita dificuldade, mas me sinto uma vitoriosa porque já sei assinar meu nome, leio algumas palavras, escrevo e tenho orgulho de ter aprendido. Pretendo chegar até o sexto ano e continuar aprendendo.

Com o relato da aluna Maria José podemos diferenciar o conceito de alfabetização e letramento, pois Tfouni (1995, p. 20) apud Colello (2006) alerta para a diferença no nível social da alfabetização e do letramento: “Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade”. Sendo assim, a aluna Maria José se refere em sua fala ao processo de alfabetização vivenciado por ela na sala de aula da EJA.

O relato da aluna Maria José nos mostra que na época da sua infância os/as filhos/as da classe popular tinham que escolher entre estudar ou trabalhar, onde não havia escolha até porque o trabalho garantia a sobrevivência. .

A aluna Carmelita diz:

Comecei a estudar com dez anos, minha prima foi que me ensinou porque onde eu morava não tinha escola, estudei até a alfabetização e não aprendi muito porque meu pai dizia que menina não podia estudar para não fazer carta para os namorados, apanhei muito do meu pai só porque queria aprender. Hoje não sei





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

ensinar as atividades dos meus filhos e fico triste quando vejo o quadro com a atividade e eu não sei a resposta. Perdi muito tempo.

Percebe-se no relato da aluna Carmelita que a mesma foi vítima dos preconceitos da época na qual a maioria das mulheres não tinha direito de estudar, pois eram criadas apenas para casar e serem boas esposas. Hoje vemos que a aluna se sente frustrada por não conseguir ser alfabetizada, no entanto, pode ser considerada letrada, pois tem uma visão de mundo ampla, e nos debates em sala expõe seus pontos de vista.

Para Garcez (2005), entender a diferença entre letramento e alfabetização permite que o/a educador/a compreenda a necessidade de desenvolver o olhar e a escuta para o processo de aprendizagem e as percepções do/a educando/a. Dessa forma o/a educador/a de modalidade de ensino EJA deve buscar meios para contribuir para a alfabetização dos/as alunos/as levando em consideração os conhecimentos trazidos por eles/as para a sala de aula.

Eva diz:

A EJA é muito importante na minha vida, aprendi a escrever meu nome, e não tenho mais vergonha quando vou assinar algum documento. Aprendi também a me comunicar melhor com as pessoas, porque antes ninguém acreditava em mim, nem mesmo eu. Agora eu acredito que sou capaz de melhorar de vida.

Salientamos que a aluna Eva pode ser considerada letrada, a mesma trabalha com vendas nas cidades do interior, além de ir a João Pessoa e Natal, preenche cheques e tem todo o controle das suas finanças, é extremamente hábil em matemática, em quanto os/as colegas/as de sala fazem os cálculos na folha de papel, ela já tem o resultado através do calculo mental.

Como diz a professora Magda Soares:

[...] um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva..., se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. (p. 24)

Sendo assim, observamos que Eva se apropriou e faz uso da escrita no seu dia-dia.

A aluna Maria Onete diz:

Minha mãe morreu quando eu tinha sete anos de idade, ficou eu, meu pai e mais quatro irmãos, meu pai casou outra vez, e minha madrastra me humilhava e não





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

me deixava ir para a escola. Com doze anos me doaram a uma família que “cuidava” de mim, me davam alimento e roupa, em troca do trabalho e com dezenove anos conheci uma menina e ela perguntou se eu não queria estudar, pedi a minha mãe de criação e ela deixou. Passei três anos estudando e aprendi a ler, mas comecei a namorar, engravidei e casei e desisti de estudar. Hoje tive a oportunidade de voltar estudar, mesmo contra a vontade do meu marido e me sinto valorizada pelo que já aprendi.

A aluna Maria Onete é alfabetizada, e nós educadores/as temos que ter consciência que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra, sendo assim, ao alfabetizar um/a adulto/a temos que levar em consideração o seu conhecimento adquirido na convivência em sociedade.

[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a leitura posterior desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto [...]. (FREIRE, 1989, p. 9)

Sendo assim, afirmo que é nossa função como educadores/as planejar práticas educativas que levem nossos/as educandos/as da modalidade EJA a verem-se como protagonistas da ação educativa, e não como meros receptores de conhecimento.

A aluna Antônia é um exemplo de uma alfabetizada letrada que ao chegar à sala da EJA era analfabeta, e hoje compreende tudo o que lê além de dar sua opinião sobre todos os temas debatidos na sala de aula. Ela diz:

Não ia para a escola quando era criança porque tinha vergonha e não tinha roupa boa para ir, na adolescência trabalhava como doméstica para conseguir alimento para eu e meus dez irmãos que também não iam a escola. Hoje estou na escola por necessidade de estudar para segurar meu emprego e me sinto feliz por ter aprendido a ler e hoje leio a bíblia e sou líder do grupo de mulheres da igreja. Sou casada e tenho uma filha de oito meses, e graças a EJA tenho meu emprego pois eu só consegui porque aprendi a ler e escrever. Não esqueço que quando ia procurar emprego sempre me diziam que não contatavam analfabetos e hoje eu sou alfabetizada.

Vale ressaltar as ideias de Colello (2006) que afirma que a alfabetização e o letramento são processos paralelos, todavia se complementam, pois o ato de alfabetizar deve incluir o letramento na sua dinâmica.

Outra consideração que se deve fazer é referente às ideias de Bunzen (2006) quanto à qualidade dos livros didáticos e o uso que os professores de língua fazem desses recursos. O





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

professor deve oportunizar, através da utilização racional dos recursos didáticos que o/a aluno/a desenvolva sua própria aprendizagem e conhecimento.

### **Considerações finais**

A Educação de Jovens e Adultos, mais conhecida como EJA, reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação brasileira 9394/96, como parte integrante da Educação Básica, deve ser vista pelos agentes que a promovem com o mesmo compromisso com que é tratada a educação primária, levando em consideração o seu papel de transformação social, sendo o/a educador/a um/a agente importante nesta transformação.

No entanto, cabe enfatizar que na atualidade observamos ainda a falta de profissionais habilitados para trabalhar com a EJA, a falta de recursos didáticos e acima de tudo a falta de estratégias e metodologias destinadas aos que adentram nessa modalidade de ensino, acreditando que a realidade de um adulto em processo de alfabetização, é totalmente diferente de uma criança, não podendo-se lançar mão dos mesmos métodos de alfabetização. Essa realidade contribui para a grande parcela de pessoas que se evadem das salas de aula da EJA.

Na atualidade há uma expansão da educação básica, e a quantidade de vagas oferecidas na rede pública de ensino é cada vez maior, a fim de cumprir com o princípio da obrigatoriedade “toda criança na escola”. Embora as adversas condições sociais interfiram e influenciam no insucesso dos educandos vindos das camadas menos favorecidas da sociedade.

Um exemplo desse insucesso pode ser visto na média nacional de permanência na escola no período obrigatório de oito anos, e que no nosso país chega a onze anos, levando em consideração fenômenos como a repetência, a reprovação e a evasão. Neste contexto a EJA se torna a única alternativa de inclusão social para alunos/as que não concluíram os estudos no período previsto e estão fora do sistema de ensino.

Devemos salientar que nas salas de aula da EJA devem-se experimentar novos métodos, conteúdos e estratégias, além de tudo levar em consideração os Parâmetros Curriculares Nacionais, que afirmam que os conteúdos ministrados em sala de aula precisam estar de acordo com um padrão mínimo, e ao mesmo tempo estar sintonizados com as particularidades e





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

especificidades do lugar em que o ensino está sendo desenvolvido. É o que o educador Paulo Freire sempre defendeu, o levar em conta a realidade e as experiências vividas pelos alunos.

Para que a aprendizagem seja significativa é necessário que o/a educador/a valorize os conhecimentos adquiridos pelos alunos durante a vida, e a partir disso planejar as estratégias de ensino.

É necessário oferecer aos/as alunos/as condições para que possam construir suas ideias percebendo-se como sujeitos socioculturais aptos a conhecer diferentes épocas e lugares, e poder refletir e compará-los com sua própria história de vida.

O diálogo que realizamos com os/as alunos/as da EJA na Escola Estadual de Ensino Fundamental Fazenda Velha reafirma a concepção de educação que nos encaminhou para uma avaliação dialógica, inclusive nas técnicas que utilizamos, privilegiando a expressão oral e o relato de experiência individual, no qual puderam discutir seus anseios, analisar suas dificuldades e trocar experiências, num processo constante de letramento.

Ao propor mudanças na EJA, é necessário levar em consideração a realidade do/a aluno/a, e levar para sala de aula discursões acerca de suas vivências no cotidiano, além de motivá-los a continuar aprendendo.

Trabalhar com uma realidade de alunos/as com diferentes culturas, situações sociais e econômicas, saberes, valores e expectativas, permite a nós educadores/as estabelecer um diálogo, no qual, através da participação de todos/as seja construindo o conhecimento tendo como princípios o respeito às diferenças, a cooperação e a solidariedade.

Vale salientar que não foram esgotadas todas as discussões necessárias a metodologia utilizada na sala de aula, transformadora na EJA, pois existe um longo caminho a percorrer. Portanto, fica um convite para que cada educador/a continue a refletir a sua prática pedagógica, o/a educador/a deve também ser um/a pesquisador/a, sempre buscando respostas no intuito de ajudar o/a aluno/a a vencer a série de barreiras valorizando o conhecimento que detém e o que sabe fazer como primeiro passo, visando o respeito e a valorização desses alunos em suas particularidades.

Acredito que a EJA é um direito tão importante e valioso que dá condições aos/as alunos/as a adentrarem nos mais diversos meios sociais, lendo livros, entendendo cartazes,





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

escrevendo cartas, votando com consciência, assinando nomes em registros e documentos, lendo manuais de instruções. Assim eles/as se inserem no mundo da cultura escrita, sendo a EJA um instrumento de inclusão social.

### Referências

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 6 ed. Rio de Janeiro/Brasília: UFRJ e UnB, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e base da Educação**. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). >. Acesso em: 27 de março de 2012.

BUNZEN, Clecio. **Um estudo sobre a recepção do gênero livro didático de língua portuguesa: implicações para a formação do professor**. [2006]. Disponível em: <[www.letramento.iel.unicamp.br/pesquisas/pesquisa\\_iel/livro\\_didatico\\_clecio\\_bunzen.htm](http://www.letramento.iel.unicamp.br/pesquisas/pesquisa_iel/livro_didatico_clecio_bunzen.htm)> Acesso em: 27 de março de 2012.

COLELLO, Sílvia M. Gasparian. **Alfabetização e Letramento: Repensando o Ensino da Língua Escrita**. [2006]. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm>> Acesso em: 27 de março de 2012.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo; Brasília: Cortez; INEP, 1989.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, Vol. IV) 2V cd**. São Paulo: Autores Associados: Ed. Cortez, 1989.

GARCEZ, Sabrina. Como ler e escrever antes da primeira série do Ensino Fundamental. **Revista do professor**. Porto Alegre, v.21, n.82, p. 5-7, abr./jun. 2005.

MILL, Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Escala, 2006.

NEVES, Fátima Maria. **O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)**. 2003, 293f. Tese (Doutorado em História) UNESP, Assis, 2003.

OLIVEIRA, M. P. de. **“Instrução Pública” em Dicionário Histórico Geográfico e Etnológico**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1922.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: CEALE/ Autêntica, 1998.

